

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA

THE SIGNIFICANCE OF MENTAL HEALTH PREVENTION AND PROMOTION POLICIES ON PUBLIC SECURITY ACTIVITY

GROTA, Silvan Santana¹
PEREZ, Melchisedeck Almeida Campos²

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo expor argumentos acerca do impacto das atividades laborais na mente do sujeito envolvido nas profissões que abrangem a segurança pública e da importância de políticas de prevenção e promoção da saúde mental do servidor de segurança pública. Visando alcançar resultados conforme objetivo traçado para o estudo, a revisão bibliográfica foi o recurso utilizado, buscando um caminho a ser seguido afim de estabelecer uma ação nesse âmbito. Com base no que foi levantado, inferiu-se que se faz realmente necessária a implantação de medidas que promovam a qualidade de vida bem como a prevenção do adoecimento mental, devido ao fato de que os profissionais desta área, a incluir policiais militares, são extremamente suscetíveis à instabilidade mental e sofrimento psíquico originados pela constante exposição a cenários que favorecem o adoecimento mental. Foram indicadas medidas a serem seguidas afim de amenizar o problema.

Palavras-chave: Saúde Mental; Qualidade de Vida; Polícia Militar.

ABSTRACT

The purpose of this study was to present arguments about the impact of work activities on the mind of the subject involved in the professions covering public safety and the importance of prevention policies and promotion of mental health of the public security server. In order to achieve results according to the objective of the study, the bibliographic review was the resource used to establish an action in this area. On the basis of what has been raised, it has been inferred that it is indeed necessary to implement measures that promote quality of life as well as prevention of mental illness, due to the fact that professionals in this area, including military police, are extremely susceptible to mental instability and psychic suffering caused by constant exposure to scenarios that favor mental illness. Steps to be followed in order to alleviate the problem were indicated.

Keywords: Mental Health; Quality of Life; Military Police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma A Posse, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, silvangrota@hotmail.com;

² Professor Orientador: 2º Tenente do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, tenenteperez@hotmail.com, Posse - GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Tratando-se de profissões que lidam direto com o público, em especial na atividade de segurança pública, faz-se necessário o levantamento de alguns questionamentos e considerações, tendo como principais indagações: “Qual é a relação entre o trabalho na área de segurança pública e o adoecimento mental? Porque é importante que sejam implementadas medidas de prevenção e que promovam a saúde mental do trabalhador?”.

Afim de responder tais questionamentos, este artigo tem por objetivo geral, expor argumentos acerca do impacto das atividades laborais da área estudada na mente do sujeito e da importância de políticas de prevenção e promoção da saúde mental do servidor de segurança pública. Os objetivos específicos são levantar tais argumentos através de uma revisão bibliográfica, analisá-los e discuti-los, buscando um caminho a ser seguido afim de estabelecer uma ação nesse âmbito.

Justifica-se o estudo uma vez que, abrangendo o tema da saúde mental do trabalhador de segurança pública, Silva (2015) diz que os profissionais e sua condição de saúde, não somente a mental como a física, refletem a necessidade de reformulação das organizações às quais pertence e partindo desse conceito, frisa-se que a literatura científica coopera para que essas realidades implícitas alcancem visibilidade e relevância.

É constatado que as organizações de segurança pública, em especial a Polícia Militar, são temas ainda pouco tratados. É intrigante entender o motivo pelo qual é dado pouco crédito aos assuntos relacionados aos profissionais dessa área mesmo que estes atuem de maneira significativa e intensa em toda a estrutura da sociedade. (SILVA, 2015)

Para Bayley (2001) os poucos estudos se devem ao fato de que os profissionais de segurança pública não exerceram papéis importantes em significantes eventos da história, uma vez que suas ações são espalhadas e sua freguesia é corriqueira. O autor afirma também, que o policiamento é desprovido de reputação, as atividades são rotineiras e desinteressantes e os membros não se destacam na sociedade. Outra razão seria a antipatia e repúdio oriundos dos civis porque as tarefas de repreender, corrigir, oprimir e controlar não costumam agradar,

já que a função do policial é uma representação do uso da força da sociedade em confronto com a própria.

Como afirma Silva (2009), os profissionais da área de segurança pública encontram barreiras para desempenhar bem a sua função na profissão se são submetidos rotineiramente a sofrimento psíquico elevado. No ambiente de risco, há a constante sensação de estar vulnerável no que diz respeito à morte, as baixas remunerações, além de outros problemas sociais fazem com que o profissional concentre suas forças psíquicas na formação destes sofrimentos, o que resulta na perda do poder de produzir e socializar, perda essa que pode originar várias psicopatologias, que são frequentemente negadas pela necessidade financeira ou simplesmente pela cultura que impõe que os sentimentos e angústias sejam reprimidos. Este mesmo profissional que não procura ou às vezes nem encontra apoio e ajuda para aliviar suas angústias é o que sai para o campo e ocupa seu posto afim de suprir as solicitações e demandas que a sociedade impõe. Uma vez que o indivíduo é recriminado ao externar suas fraquezas e sofrimento, ele evitará tal manifestação a todo custo. Com base no exposto, frisa-se a importância de serem implementadas políticas de prevenção e promoção da saúde mental em instituições como a Polícia Militar e muitas outras relacionadas à segurança pública.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo consiste em um levantamento bibliográfico necessário à melhor compreensão do leitor acerca do tema abordado no artigo.

2.1 Trabalho e Saúde Mental

Segundo Silva (2011), ao estudarmos as consequências que o trabalho causa na mente humana, é possível constatar que, enquanto as diferentes áreas do conhecimento se desenvolvem, esse tem sido um assunto analisado e pesquisado por várias disciplinas, tendo como foco os aspectos relacionados à formação do desgaste mental e à constituição de resistências frente às transformações interligadas do trabalho e dos fenômenos de dominação.

No cenário científico, são considerados recentes os estudos acerca da saúde mental do trabalhador nas variadas categorias de profissão. A nível mundial, um dos países pioneiros no assunto, a França, tem desenvolvido, desde o final da segunda guerra mundial, projetos com esse tema, acima de tudo a partir da ajuda da denominada psiquiatria social. (LIMA, 1998).

Amador et al. (2002) afirmaram que no Brasil, entretanto, somente após os anos 80 essas pesquisas vieram sendo estimuladas. Portanto, os programas de prevenção e promoção da saúde mental no nosso país naquela época ainda eram embrionários.

Consoante o Ministério da Saúde (2001), a colaboração do trabalho nas variações da saúde mental humana acontece a partir de vários aspectos, desde elementos específicos, como ser exposto a certo produto tóxico, até a melindrosa enumeração de elementos relacionados à organização do trabalho, como a maneira com a qual são divididas as demandas, as políticas de gestão e a estrutura hierárquica da organização. Portanto, os transtornos mentais relativos ao trabalho não são resultado de elementos isolados e sim do contexto do trabalho que interage com o físico e psicológico dos trabalhadores, o que produz mau funcionamento e danos biológicos, como reações psíquicas também, aos cenários patogênicos de trabalho, além da possibilidade de acarretarem processos psicopatológicos que são precisamente ligados às condições do trabalho executado pelo funcionário.

Nesse contexto, Jardim e Glina (2000), frisam que a averiguação diagnóstica da saúde mental relacionada ao trabalho precisa ser uma combinação de técnicas diferentes como entrevistas e testes psicológicos. Durante a investigação para fins de diagnóstico, é necessário que haja sempre o questionamento sobre o trabalho, a realização de anamnese ocupacional, levantamento da estrutura organizacional do trabalho, identificação das imposições mentais e físicas, indagação acerca da visão do trabalhador no que diz respeito aos riscos e a observação da estação de trabalho, e as condições do local de trabalho. Assim, é possível notar que a ligação entre a saúde e a doença mental requer uma ação interdisciplinar, na qual o psicológico desempenha papel relevante.

De acordo com Fagundes (2017), indubitavelmente, deve-se dar destaque a um importante marco para a área da saúde mental que foi a fundação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida quotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica. (BRASIL, 2004, p. 09)

O CAPS desempenha ação estratégica na sistematização da rede comunitária de cuidados, através da Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, do Ministério da Saúde.

2.1.1O Trabalho do Funcionário de Segurança Pública e suas Implicações na Saúde Mental

Amador (1999), analisou a ligação entre trabalho e saúde mental na área da segurança pública, com ênfase na categoria dos policiais militares, como também a violência policial, e concluiu que é de grande relevância julgar os trabalhadores da polícia como pessoas que sofrem as implicações da função sobre sua saúde e passionalidade. Sugere que as situações de violência policial, dentre outros descumprimentos disciplinares, de adoecimento da mente e do corpo, e mesmo em casos de suicídio, precisam ser analisados desde o ponto de vista quantitativo ao qualitativo, isto é, que os casos sejam interpretados e não somente contabilizados. De acordo com a autora, deve haver promoção dessa interpretação, sobretudo, no meio dos próprios trabalhadores policiais, afim de que lhes seja possível, por meio da nitidez do seu pesar no trabalho, atingir a mudança de suas atitudes na busca constante de uma organização de qualidade.

A relação entre trabalho e saúde mental na esfera da segurança pública é um assunto que tem tomado posição relevante no meio da pesquisa acadêmica brasileira e também, nas organizações policiais. Em partes, pelo fato de ser uma profissão peculiar que tem muitas características perigosas da perspectiva da saúde mental e física, como o cenário de risco diário; em outras, movido pelo tempo histórico no qual a sociedade tem vivido, a começar do denominado período de abertura democrática, onde é colocada em pauta, a prática e conduta policial, entre outros temas que outrora foram calados. (AMADOR, et al., 2002)

Como no Brasil, em outros países, esse assunto das organizações de segurança pública também tem ganhado lugar de destaque. Pelacchi (1999), policial na Argentina, ao versar sobre as estratégias usadas pela polícia na sociedade moderna, pontua que todos os setores comprometidos, a incluir a polícia e afins, devem tomar responsabilidade sobre o problema da segurança pública. As organizações policiais são resultado de muitas normas que sustentam sua existência, fazendo-se importante para seu bom desempenho adequar a legislação, bem como implantar atividades ou programas educacionais, sociais e de saúde. Pelacchi ainda expõe argumentos acerca da relevância de os profissionais da segurança pública terem condições adequadas de trabalho e bons equipamentos, acerca de como é importante um recrutamento apropriado, educação adequada e posterior formação, bem como a de um justo salário e confiável plano de carreira.

Segundo Dejours (1993), a Psicopatologia do Trabalho na década de 80 dedicou-se a dar base à clínica do sofrimento na ligação do psíquico e do trabalho. Com esse novo conceito, as atividades na clínica psicológica puderam então, superar suas concepções filosóficas, sociológicas e econômicas, tornando a ser estabelecida como uma psicopatologia, uma vez que a origem da mesma são as pressões no ambiente de trabalho, as quais contribuem para o desequilíbrio psíquico e a doença mental dos trabalhadores.

Além da identificação de instabilidades mentais específicas relacionadas ao trabalho, o que é tomado como base é a interação referente à formação e às mutações do sofrimento mental em vínculo com a estruturação do trabalho. Assim sendo, é necessário um desligamento com os clássicos modelos médico e psiquiátrico para a sondagem acerca da saúde mental no trabalho. Mais que isso, é necessária uma inversão epistemológica complementar, trocando a base de pesquisada instabilidade psíquica para a saúde mental. (DEJOURS, 1993)

O esgotamento emocional ao qual estão submetidas as pessoas nos postos de trabalho constitui um fator de muita relevância na definição de distúrbios relativos ao estresse, à exemplo, o quadro das depressões, transtornos de ansiedade, fobias, pânico, alcoolismo, doenças psicossomáticas, etc. Em resumo, exposto constantemente a agentes estressores relativos à sua função profissional, a pessoa demonstra uma vulnerabilidade maior, de forma que compromete sua performance no trabalho, tornando possível que desenvolvam reações patológicas,

comumente denominadas como irritabilidade, mau humor, nervosismo, entre outros. (MENDES, 2013)

Omena e Alves (2007) abordam o exorbitante nível de estresse ao qual os profissionais policiais estão submetidos afim de conservar sua aparência de um servidor forte e inabalável. Os autores ponderam que o profissional atuante na atividade de segurança pública, leva velado em sua função a obrigação de contribuir para o bem-estar da comunidade, conservando o controle, calma e congruência em suas atividades. Esses fatos o levam a questionar-se sempre com a discrepância “expectativas contra limitações”, além de oportunizar um acentuado desperdício de energia buscando a conservação de representações e estereótipos, frisando a aparência de imunidade e de força. Estas representações se contrastam com suas costumeiras experiências de impotência, ignorância e fragilidade.

Balestreri (2007) conduz uma reflexão acerca das condições do profissional de segurança pública, frisando que o trabalhador policial é acima de tudo um cidadão, e necessita manter seu motivo de o ser. Emparelha-se deste modo, a todos os constituintes da sociedade em deveres e direitos. Portanto, a sua condição de cidadão é a condição primária, passando a ser estranho qualquer raciocínio que tenha como base a hipotética rivalidade ou oposição entre uma sociedade policial e outra civil.

Amir (1995) pontua que o trabalho dos profissionais de segurança pública é carregado de violentos conteúdos, e seu frequente contato com a violência, morte e pressões rotineiras das obrigações são fatores do trabalho diário ocasionadores de lesões à saúde dos trabalhadores e esses elementos, de modo geral, têm consequências na saúde biopsicossocial do profissional. Segundo Mendes (1988):

Apesar das dificuldades teórico-metodológicas enfrentadas, a saúde do trabalhador busca a explicação sobre o adoecer e o morrer das pessoas, dos trabalhadores em particular, através do estudo dos processos de trabalho, de forma articulada com o conjunto de valores, crenças e ideias, as representações sociais, e a possibilidade de consumo de bens e serviços, na "moderna" civilização urbano-industrial. (MENDES, 1988, p. 317)

No exercício de sua função, o profissional de segurança pública é exposto a riscos de morte, por trabalhar em um ambiente excessivamente agressivo, por buscar a conservação da ordem, ocasionando algumas ocorrências, ao deixar exposta a sua própria vida. (SANTOS, 2013)

Santos (2013) pontua ainda que a maioria desses trabalhadores, ao se integrarem à carreira, o fazem pela atração do *status* da profissão, e por pensar na possível ascensão e estabilidade oferecida pelo concurso público. No entanto, com o passar do tempo, veem-se diante de outros aspectos, como o não reconhecimento, o risco, as baixas de colegas e tudo isso contribui para o seu sofrimento psíquico.

2.2A Saúde Mental de Policiais Militares

Segundo Spode e Merlo (2004), no que diz respeito particularmente aos policiais militares, às tensões relacionadas ao constante risco vivido no campo, são somadas aquelas relativas à maneira como o trabalho está ajustado, notável pela rigidez prescritiva baseada em um esquema de alerta e disciplina também constantes. Os autores desenvolveram um estudo no qual procurou-se entender as ligações entre a função dos Capitães da Brigada Militar e a sua saúde mental. Foram escolhidos os Capitães como objetos de pesquisa devido às características específicas dos cargos que ocupam, sendo que em termos de hierarquia, são situados como Oficiais Intermediários, o que quer dizer que executam atividades de comando sobre os Praças e Tenentes ao mesmo tempo em que são subordinados aos Majores, Tenentes Coronéis e Coronéis. Nesta posição, são obrigados a zelar pela manutenção e cumprimento da atividade prescrita e simultaneamente encarar o trabalho real.

Spode e Merlo (2004) perceberam através do estudo que as demasiadas cargas de atividades administrativas em conjunto com as condições precárias de trabalho no que se refere ao âmbito administrativo como também ao operacional, constitui elemento relevante de tensão e desgaste para os Capitães. Do mesmo modo, os outros policiais militares, independentemente de suas posições hierárquicas, são sujeitados às consequências e ao sofrimento prescrito pela instituição do trabalho, acima de tudo em relação às tensões impostas pelos sistemas de disciplina, alerta, e controle que dividem os sujeitos e que geram obstáculos para a formação do elo de confiança e colaboração, fatores de grande significado se considerada a natureza da profissão, constantemente rodeada de riscos.

2.2.1 Sofrimento Psíquico dos Policiais Militares no estado de Goiás

Mascarenhas (2009) estudou a ligação entre a organização e as condições de execução de atividades dos agentes da polícia militar de Goiás e os resultados psíquicos ocasionados pela profissão. A pesquisa se deu por meio da psicodinâmica do trabalho e da evolução histórica, pretendendo entender a relação das atividades de trabalho com as experiências de sofrimento e prazer do policial militar em um âmbito organizacional de segurança pública, procurando enxergar as consequências na saúde e bem-estar mental do trabalhador. Para tanto, a autora, em primeiro lugar, solicitou ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás – IPASGO, o acesso ao histórico de internação de trabalhadores da Polícia Militar em institutos psiquiátricos conveniados, juntamente com o perfil socioeconômico e avaliação diagnóstica. Em segundo lugar, foi pedida autorização para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e ao Comandante Geral da Polícia Militar para acessar o ambiente de trabalho, analisar a estrutura física e administrativa, e obter informações por meio de entrevistas com os policiais.

Mascarenhas (2009) percebeu, através de sua pesquisa, que as entrevistas expressaram a visão dos trabalhadores policiais em relação às realidades de sua função. As respostas dos sujeitos entrevistados apontaram clara ligação da função exercida em seus postos de policiais e o acarretamento de sofrimento psíquico. Na maior parte dos casos existe a pressão psicológica da atividade que o Regulamento Disciplinar da PM prescreve. Outro fator relevante é o descontentamento como resultado da desvalorização e falta de reconhecimento por parte da comunidade e da Corporação várias vezes. Quando questionados a respeito das condições de trabalho, os entrevistados se mostraram bastante insatisfeitos, dizendo não haver condições suficientes para garantir a segurança tanto deles mesmos quanto para a comunidade. Acerca da hierarquia e submissão, as entrevistas indicam que há, muitas vezes, abuso, muita cobrança e é exigida obediência instantânea no cumprimento das ordens, resultando desta forma, em alta pressão para o policial, o que compromete o bom desempenho da atividade. Outros grandes fatores que influenciam para o sofrimento psíquico são a baixa remuneração e o estressante trabalho de campo.

Melo (2015) realizou uma pesquisa com um grupo de 64 2º Sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás, membros do Curso de Aperfeiçoamento de

Sargentos (CAS). Todos os constituintes da amostra estudada possuíam no mínimo 10 anos de carreira voltados à PMGO e já haviam passado por várias frentes operacionais, ou seja, todos haviam presenciado a realidade da profissão e têm noção da responsabilidade exigida. O autor utilizou um método quantitativo com aspectos descritivos, onde foram estipuladas questões fechadas e abertas a serem respondidas pelos 2º Sargentos da amostra, membros do CAS. A pesquisa foi importante para demonstrar a significância de serem adotadas medidas que abranjam formas de manter a integridade e estabilidade da saúde mental do policial militar e de solucionar problemas, refletindo positivamente no trabalho.

Com base nos resultados apontados na pesquisa, verificou-se que vários itens foram identificados como causadores de prejuízos à estabilidade mental, mas o fator que ganhou destaque foi o estresse. Este passou a ser um termo usado corriqueiramente, sendo simplificadas e até mesmo ocultadas as grandes consequências que o estresse ocupacional traz para o trabalhador num todo, especialmente no âmbito psíquico. Observou-se ainda, que a maioria dos policiais com saúde mental prejudicada, não revelam para a família o seu sofrimento psíquico, e que ainda há casos em que o policial conta sobre o sofrimento, mas a família não aceita e não apoia. Vale ressaltar que para que o policial tenha um bom resultado no tratamento psicológico, é importante que a família demonstre apoio e reaja positivamente. (MELO, 2015)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas contribuições e comentários dos autores acima citados, constatou-se que há a concordância com unanimidade no que diz respeito à importância de políticas de prevenção e promoção da saúde mental na atividade de segurança pública, o que responde os questionamentos aqui levantados. Percebe-se tal concordância no que será exposto e evidenciado nos parágrafos seguintes que constituirão esta sessão.

Foi observado que o estudo de Amador (1999), apesar de não ser tão recente como seria o ideal, é de grande contribuição para o tema em questão uma vez que ele investigou o elo entre trabalho e saúde mental na área da segurança pública, com ênfase na categoria dos policiais militares, como também a violência

policial e diante do estudado foi possível concluir que é de grande relevância julgar os trabalhadores da polícia como pessoas que sofrem as implicações da função sobre sua saúde e passionalidade. Sugere-se que as situações de violência policial, dentre outros descumprimentos disciplinares, de adoecimento da mente e do corpo, e mesmo em casos de suicídio, precisam ser analisados desde o ponto de vista quantitativo ao qualitativo, isto é, que os casos sejam interpretados e não somente contabilizados. Fato este que frisa a necessidade de haver promoção dessa interpretação, sobretudo, no meio dos próprios trabalhadores policiais, afim de que lhes seja possível, por meio da nitidez do seu pesar no trabalho, atingir a mudança de suas atitudes na busca regular de uma organização de qualidade, bem como a promoção de políticas de prevenção por parte da organização em questão.

De maneira resumida, uma vez que os profissionais são expostos constantemente a agentes estressores relativos à sua função profissional, se veem num cenário de demonstração de uma vulnerabilidade maior, de forma que compromete sua performance no trabalho, tornando possível que desenvolvam reações patológicas, comumente denominadas como irritabilidade, mau humor, nervosismo, entre outros, como afirmou Mendes (2013). Analisando essas informações cabe apenas a conclusão da relevância e da necessidade real de implantação de políticas como as já mencionadas.

Objetivando realizar um estudo mais específico, buscou-se a contribuição de autores que estudaram a relação da doença mental e os policiais militares, como foi o caso de Balestreri (2007) que conduziu uma reflexão acerca das condições do profissional de segurança pública, frisando que o trabalhador policial militar é acima de tudo um cidadão, e necessita manter seu motivo de o ser. Equiparando-se deste modo, a todos os constituintes da sociedade em deveres e direitos. Portanto, a sua condição de cidadão é a condição primária, passando a ser absurdo qualquer raciocínio que tenha como base a hipotética rivalidade ou oposição entre uma sociedade policial e outra civil. Ou seja, se já tomamos como verdade que o policial militar é também um cidadão, este profissional tem o mesmo direito de, dentro do tema estudado no artigo, obter amparo acerca de suas já possíveis doenças mentais desenvolvidas, bem como algo ainda mais importante que é a prevenção desse adoecimento.

Como pontuado pelo autor Amir (1995), o trabalho destes profissionais em questão é saturado de conteúdos agressivos e violentos, e seu frequente contato

com a violência, morte e pressões rotineiras das obrigações são fatores do trabalho diário ocasionadores de lesões à saúde dos trabalhadores e esses elementos, de modo geral, têm consequências na saúde biopsicossocial do profissional. A pontuação do autor, apesar de estar distante em anos do nosso cenário atual, infelizmente continua sendo a realidade, sinal de que não houve muito progresso nesse sentido dentro das organizações, a incluir a Polícia Militar.

Ao especificar ainda mais os estudos, investigou-se a relação de saúde mental com os profissionais da Polícia Militar do Estado de Goiás. Melo (2015) trouxe uma contribuição relevante e bem atual ao estudar um grupo de 64 2º Sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás, membros do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Todos os constituintes da amostra estudada possuíam no mínimo 10 anos de carreira voltados à PMGO e já haviam passado por várias frentes operacionais, em outras palavras, todos haviam presenciado a realidade da profissão e têm noção da responsabilidade exigida. Através dessa pesquisa foi possível entender que é importante que sejam adotadas medidas que abranjam formas de manter a integridade e estabilidade da saúde mental do policial militar e de solucionar problemas, refletindo positivamente no trabalho.

Ressalta-se ainda que, não cabe somente à Polícia Militar ou qualquer outra organização à qual o indivíduo pertença, os deveres de promover a saúde mental e atuar também na prevenção. É importante que os familiares também demonstrem apoio e reajam positivamente para o melhor resultado do tratamento psicológico para os profissionais que já são vítimas de doença mental, bem como contribuir na prevenção para aqueles que não são doentes, mas estão sujeitos devido ao meio laboral no qual estão inseridos.

Ainda com a contribuição de Melo (2015) é possível constatar que a PMGO ainda não desenvolve ações suficientes que contribuam com a estabilidade da saúde mental de seus policiais, principalmente no que diz respeito aos policiais não oficiais. A amostra de profissionais investigados pelo autor apontou as seguintes ações que segundo eles ajudariam a melhorar a saúde mental: Vínculos mais fortes entre os policiais, mais solidariedade, respeito, acompanhamento, extensão do período destinado para descansar em um ambiente com a família, redução de carga horárias de cursos que sempre acontecem na instituição, suprimento de mais médicos civis, e a causa de adoecimento psíquico mais citado por eles que é a questão da redução das jornadas de serviços operacionais. Fica evidenciado que há

problemas de várias origens que ocasionam essa inquietação nos policiais e que deve existir um acompanhamento mais próximo da organização afim de atender às expectativas dos profissionais.

Cabe frisar que é de extrema relevância e de caráter imediato a ação incisiva e pontual da Polícia Militar ou qualquer outra instituição de segurança pública no que tange essa questão da qualidade de vida e saúde mental de seus servidores, agindo, inclusive, com intervenções psicológicas que evitarão prejuízos para a saúde mental do policial ou outro profissional de segurança pública e de maneira consequente reduzirá também, os danos para a Administração Pública uma vez que esta disporá do apoio e contribuição de um servidor muito mais produtivo, eficiente, mais saudável e por um período maior de serviço deste profissional ao mesmo tempo em que a sociedade em muitos aspectos se beneficiará também por poder contar com serviços operacionais mais eficazes.

A seguir é exposto um quadro com procedimentos padrão, sugeridos por Batista e Paixão (2011) nos casos de envolvimento do profissional em ocorrências graves como homicídio, tiroteios, sequestros e outros:

A Competência da Unidade Militar:	A Competência de Psicologia
• Após a ocorrência, o militar deverá ser afastado imediatamente do serviço, somente podendo retornar ao serviço operacional, caso seja avaliado pelo Serviço de Saúde Mental; • O encaminhamento deverá ser feito o mais breve possível, no máximo de 72 horas após a ocorrência; • O comando da unidade militar ou o superior deverá conversar com o militar em questão, explicando o motivo do encaminhamento, que é o da avaliação psicológica, para investigar os efeitos psicológicos da ocorrência. Em que, será	• Receber o militar encaminhado por ofício, em data e horário marcado previamente; • Manter uma equipe de psicólogos com horários em regime de escala extra para o agendamento e realização da avaliação psicológica; • Realizar avaliação psicológica para detectar a existência ou não, de sinais patogênicos ou desestruturantes que necessitem de acompanhamentos psicológicos, encaminhamento a outros profissionais de saúde, o ainda, algum tipo de intervenção; • A avaliação deverá ser realizada utilizando instrumentos

determinado o seu afastamento ou seu retorno ao serviço militar; • O encaminhamento do militar deverá ser feito via ofício direcionado ao Departamento de Psicologia a fim de agendar dia e horário para a avaliação.	padronizados, tais como, entrevista clínica e escalas de diagnóstico dos transtornos mentais (depressão, estresse, teste de personalidade, entre outros.); • Informar o comando da unidade a qual pertence o militar, sobre os procedimentos realizados e quais serão necessários futuramente; • A decisão da equipe de saúde mental quanto ao afastamento ou retorno do militar será soberana e deverá ser acatada pela unidade militar.
--	---

Quadro1 – Saúde Mental: Plano de Prevenção

Fonte: (Batista; Paixão, 2011)

Aconselha-se também que haja aplicação de campanhas que objetivem quebrar barreiras e tabus que podem interferir na aplicação do plano de prevenção sugerido, como nos casos de obstáculos que os próprios profissionais erguem para não se submeterem ao tratamento psicológico, parte das vezes, por cultivarem a ideia de que o tratamento com um profissional é apenas para “loucos”, outras vezes pelo receio de externar fraqueza e ser tratado com rejeição e preconceito pelos colegas da instituição e até mesmo pelos próprios superiores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo permitiu concluir que a prevenção e promoção de políticas de saúde mental do profissional de segurança pública são relevantes pelo fato de que os profissionais estão suscetíveis ao adoecimento mental pelos motivos já citados no estudo.

Cabe ainda frisar que além da organização à qual o indivíduo pertença, a responsabilidade de promover a saúde mental é também dos familiares, uma vez que devem contribuir positivamente para o melhor resultado do tratamento

psicológico para os profissionais que já são vítimas de doença mental, bem como contribuir na prevenção para aqueles que não são doentes, mas estão sujeitos devido ao meio laboral no qual estão inseridos.

Ficou constatado que as políticas já existentes em organizações como a PMGO, ainda não são suficientes para lidar com o problema do adoecimento mental de profissionais de segurança pública, e propõe-se que sejam adotadas as medidas citadas na sessão anterior, os procedimentos padrão e as campanhas de prevenção.

Sugere-se que sejam analisadas em pesquisas futuras, através de pesquisa de campo, as opiniões dos próprios policiais militares da PMGO, no que diz respeito aos fatores, na visão de cada policial, que agravam ou contribuem para o sofrimento psíquico e adoecimento mental, possibilitando assim que sejam levantadas soluções eficazes.

REFERÊNCIAS

AMADOR, F. S. **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1999.

AMADOR, F. S. et al. **Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar**. *Psicologia, ciência e profissão*. Brasília, vol.22, no.3, set. 2002.

AMIR, M. **Organized Crime and Violence**. *Studies on Crime and Crime Prevention*. v. 4, n.1, 1995, p. 84-104.

BALESTRERI, R. B. **Polícia e direitos humanos: do antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: Pallotti, 2007.

BAYLEY, D.H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional Comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Polícia e Sociedade; n.1, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. **Saúde do trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 63p. (Cadernos de Atenção Básica. Programa Saúde da Família 5).

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1993.

FAGUNDES, A. C. **Análise de sofrimento mental de trabalhadores que atuam no setor de segurança privada**: saúde do trabalhador. 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

JARDIM, S. R.; GLINA, D. M. R. **O diagnóstico dos transtornos mentais relacionados ao trabalho**. In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (Org.). *Saúde mental no trabalho*: desafios e soluções. São Paulo: VK, 2000.

LIMA, E. A. A Psicopatologia do Trabalho. **Origens e desenvolvimentos recentes na França**. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 18, n. 2. 1998.

MASCARENHAS, R. B. **As Condições e Organização das Atividades Profissionais do Policial Militar de Goiás e as Repercussões em Sua Saúde Mental – 2005 A 2007**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Católica de Goiás, 2009.

MELO, H. H. M. **O Impacto do Trabalho Operacional na Saúde Mental do Policial Militar em Goiás**: Um Estudo Do CAS em 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais). CAPM, 2015.

MENDES, R. **O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores**. I — Morbidade. *Revista de Saúde Pública*, v. 22. S. Paulo: 1988, p. 311-326.

MENDES, E. O. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. Cel. PM. Evaristo de Oliveira Mendes – Rio de Janeiro: ESG, 2013.

OMENA, L. P.; ALVES, C. F. O. **Saúde do Trabalhador**: o alcoolismo como sintoma do sofrimento dos policiais militares de Alagoas. Artigo apresentado ao Programa de

Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas para obtenção do título de Especialista em Saúde Mental. 2007.

PELACCHI, A. J. *Enfoque sobre as estratégias policiais nas sociedades contemporâneas*. Unidade, Porto Alegre, n. 40, 1999.

SANTOS, A.C.M. **A Interseção entre Saúde e Segurança Pública**: Um Estudo Sobre Prevenção, Reabilitação e Reinserção de Policiais Militares Adictos. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SILVA, E. S. **Trabalho e desgaste mental**: O direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, J.H.R. **Estudo sobre o trabalho policial e suas implicações na saúde mental**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, N. N. **Organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental**: uma revisão de literatura. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, 2015.

SPODE, C. B.; MERLO, A.R.C. **Trabalho Policial e Saúde Mental**: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 2006, vol.19, n.3, pp.362-370.